

Inclusão Escolar

O atual atendimento às necessidades escolares das crianças é responsável pelos índices assustadores da repetência e evasão no ensino fundamental. Entretanto, no imaginário social, como na cultura escolar, a incompetência de certos alunos, os pobres e deficientes, para enfrentar as exigências da escolaridade regular, é uma crença que aparece na simplicidade das afirmações do senso comum e, até mesmo, em certos argumentos e interpretações teóricas sobre o tema. Por outro lado, já se conhece o efeito facilitador no meio escolar regular no desenvolvimento de pessoas com deficiências (MANTOAN, 1988). E é mesmo um lugar comum afirma-se que é preciso respeitar os educandos em sua individualidade, para não se condenar uma parte deles ao fracasso e as categorias especiais do ensino. Ainda assim, é ousado para muitos, ou melhor para a maioria das pessoas, as idéias que nós, os humanos, somos seres únicos, singulares e que é injusto e inadequado sermos categorizados, sob qualquer pretexto.

Todavia, apesar desses, e de outros contra-sensos, sabemos que é normal a presença de deficientes em nossos comportamentos em áreas de nossa atuação, pessoal ou grupal, assim como em um outro aspecto de nosso desenvolvimento físico, social, cultural, por sermos seres perfectíveis, que constróem pouco a pouco e na medida do possível, suas condições de adaptação ao meio. A diversidade no meio social e especialmente no meio escolar, é fator determinante do enriquecimento das trocas, dos intercâmbios intelectuais, sociais e culturais que possam ocorrer entre os sujeitos que neles interagem.

Acreditamos que o aprimoramento da qualidade do ensino regular e a adição de princípios educacionais, válidos para todos os alunos resultarão naturalmente na inclusão escolar dos deficientes. Em conseqüência a educação especial adquirirá uma nova significação. Tornar-se-á uma modalidade de ensino destinada não apenas a um grupo exclusivo de alunos, e dos deficientes, mas especializadas nos alunos e dedicada a pesquisa e ao desenvolvimento de novas maneiras de ensinar, adequadas a heterogeneidade dos aprendizes e compatível com os ideais democráticos de uma educação para todos. Nessa perspectiva, os desafios que temos a enfrentar são inúmeros, e toda e qualquer investida no sentido que se ministrar um ensino especializado no aluno, depende de se ultrapassar as condições atuais de estruturação do ensino escolar para deficientes. Em outras palavras, depende da fusão do ensino regular como especial.

Ora, fusão não é junção, justaposição, agregação de uma modalidade à outra. Fundir significa, incorporar elementos distintos para se criar uma nova estrutura, na qual desaparecem os elementos iniciais tal como eles eram originalmente. Assim sendo, instalar uma classe especial, em uma escola regular, nada mais é do que uma justaposição de recursos, assim como o são outros, que se dispõem do mesmo modo. Outros obstáculos à de um ensino especializado do aluno, implicam a adequação de novos conhecimentos oriundos das investigações atuais em educação e de outras ciências, às salas de aula, as intervenções tipicamente escolares, que tem uma educação institucional específica de sistematizar os conhecimentos acadêmicos, as disciplinas curriculares. De fato, nem sempre os estudos e as comprovações científicas são diretamente aplicáveis a realidade escolar, e as implicações pedagógicas que podemos retirar de um novo conhecimento também precisam ser testadas, para confirmar sua eficácia no domínio do ensino escolar. O paradigma vigente do atendimento especializado e segregativo, é extremamente forte e enraizado no ideário das instituições e na prática dos profissionais que atuam no ensino especial.

A indiferenciação entre os significados específicos dos processos de integração e inclusão escolar, reforça ainda mais a vigência do paradigma tradicional de serviços, e muitos continuam a mantê-lo, embora estejam defendendo a integração! Ocorre que os dois vocábulos, interação e inclusão, conquanto tenham significados semelhantes, estão sendo empregados para expressar situações de inserção diferentes e tem implícitos posicionamentos divergentes para a consecução de suas metas. A noção de integração tem sido compreendida de diversas maneiras, quando aplicadas às escolas. Os diversos significados que lhe são atribuídos, devem-se aos usos dos termos para expressar fins diferentes, sejam eles pedagógicos, sociais, filosóficos e outros. O emprego do vocábulo é encontrado até mesmo para designar alunos agrupados em escolas especiais para deficientes, ou em classes especiais, grupos de lazer, residenciais para deficientes. Por tratar-se de um conceito histórico recente,

que data dos anos sessenta, a integração sofreu a influência dos movimentos que caracterizaram e reconsideraram outras idéias, como as de escola, da sociedade, da educação. O número crescente de estudo referente à integração escolar e o emprego generalizado do termo, tem levado a muita confusão a respeito das idéias de cada caso encerra. O movimento em favor da integração de crianças com deficiências, surgiram nos países nórdicos (NIR Je, 19699), quando foram questionadas as práticas sociais e escolares de segregação, assim como as atitudes sociais em relação às pessoas com deficiência intelectual. A noção de base, em matéria de integração e o princípio de normalização que, não sendo o específico da vida escolar, atinge o conjunto de manifestações e atividades humanas e todas as etapas da vida das pessoas, sejam elas afetadas ou não, por uma incapacidade, dificuldade ou inadaptação. A normalização, visa a tornar acessível às pessoas socialmente desvalorizadas, condições e modelos de vida análogos aos que são disponíveis de um modo geral ao conjunto de pessoas um dado meio, ou sociedade; implica a adoção de um novo paradigma de atendimento das relações entre as pessoas, fazendo-se acompanhar de medidas que objetivam as eliminações de toda e qualquer forma de rotulação.

Modalidade de inserção uma das opções de integração escolar denomina-se mainstreaming, ou seja, corrente principal e seu sentido é análogo a um canal educativo geral, que em seu fluxo vai carregando todo tipo de aluno, com, ou sem capacidade ou necessidade específica. O aluno com deficiência mental ou com dificuldades de aprendizagem, pelo conceito referido deve ter acesso à educação, sua formação sendo adaptada as suas necessidades específicas. Existe um leque de possibilidades e serviços disponíveis aos alunos, que vai da inserção nas classes regulares ao ensino em escolas especiais. Este processo de integração traduz-se por uma estrutura intitulada, sistema de cascata, que deve favorecer o ambiente menos restritivo possível, dando oportunidade ao aluno, em todas as etapas da integração, transitar no sistema da classe regular ao ensino regular. Trata-se de uma concepção de integração parcial, porque a cascata prevê serviços segregados que não ensejam o alcance dos objetivos de normalização. De fato, os alunos que se encontram em serviços segregados dificilmente se deslocam para os mesmos segregados e, raramente, as classes regulares. A crítica mais forte ao sistema de cascata, é às políticas de integração, do tipo mainstreaming afirma que a escola oculta seu fracasso, isolando os alunos e integrando somente os que não constituem um desafio à sua competência (DORÉ ET AL; 1996), nem todos os alunos se encaixam nas situações de mainstreaming, e os elegíveis para integração são os que foram avaliados por instrumentos e profissionais supostamente objetivos.

O sistema baseia-se, na individualização dos programas instrucionais, os quais devem adaptar-se às necessidades de cada um dos alunos, com deficiência ou não. A outra opção de inserção é a inclusão, que questiona não somente a política e a organização da educação especial e regular, mas também o conceito de integração mainstreaming. A noção de inclusão, não é incompatível com a de integração, porém institui a inserção de uma forma mais radical, completa e sistemática. O conceito se refere, a vida social educativa, e todos os alunos devem ser incluídos nas escolas regulares e não somente colocados na corrente principal. O vocábulo integração é abandonado, uma vez que o objetivo é incluir um aluno ou um grupo de alunos, que já foram anteriormente excluídos. A meta primordial da inclusão, é de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo. As escolas inclusivas, propõem um modo de construir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades. A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apoia a todos -- professores, alunos, pessoal administrativo -- para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.

O impacto dessa concepção é considerável, porque ela supõe a abolição completa dos serviços segregados (DORÉ ET AL.1996). A metáfora da inclusão é a do caleidoscópio. Esta imagem foi muito bem escrita no que se segue: o caleidoscópio, precisa de todos os pedaços que o compõe. Quando se retira pedaços dele, o desenho se torna menos complexo, menos rico. As crianças se desenvolvem, aprendem e evoluem melhor em um ambiente rico variável, (FOREST e LUSTHAUS, 1987, p.6), existem várias modalidades de inclusão. A inclusão total, aplica-se a todas as crianças, sem excluir as severamente incapacitadas. Há contudo, outras variantes, que optam pela a inclusão apenas dos que apresentam quadros menos graves de incapacidades. A abordagem inclusiva, pode ser igualmente

considerada como uma educação integrada à comunidade (BROWN ET AL. 1983; SAINT-LAURENT, 1994). Esta é uma variante em que o aluno se insere totalmente à comunidade; em certos momentos, ele está na escola e, em outros, fora dela, mas sempre buscando aprender os mesmos conteúdos de aprendizagem que os seus colegas normais. Os que praticam a inclusão como educação integrada, a comunidade sugere que seja introduzida uma dimensão funcional nos objetivos de aprendizagem, levando em conta as características dos alunos com deficiência mental. Assim sendo, quando os objetivos educacionais definidos, para os alunos regulares, têm um grau de complexidade e de obstrução a que os alunos com deficiência mental não são capazes de atingir, propõem-se que existam objetivos funcionais, acessíveis a estes últimos e que poderão ser alcançados no meio não-escolar (os museus, lojas, parques e outros locais), daí não localizarem a inserção apenas na classe regular.

A inclusão, propiciou a criação de inúmeras outras maneiras de realizar-se a educação de alunos com deficiência mental nos sistemas de ensino regular, como as escolas heterogêneas (FALVEY ET AL; 1989), as escolas acolhedoras (PURKEY i NOVAK, 1984), os currículos centrados na comunidade (PETERSON ET AL; 1992). Resumindo, a integração escolar, cuja metáfora e o sistema de cascata, é uma forma condicional de inserção em que vai depender do aluno -- ou seja, de nível de sua capacidade de adaptação, as opções do sistema escolar a sua integração, seja em uma sala regular, em uma classe especial ou mesmo em instituições especializadas, trata-se de uma alternativa em que tudo se mantém, nada se questiona do esquema em vigor. Já a inclusão institui, a inserção de uma forma mais radical, completa e a sistemática, uma vez de que o objetivo é incluir um aluno ou um grupo de alunos que não foram anteriormente excluídos. A meta da inclusão, é, desde o início, não deixar ninguém fora do sistema escolar, que terá que se adaptar às particularidades de todos os alunos, para concretizar a sua metáfora -- o caleidoscópio.

Sem dúvida, a inclusão concilia-se com uma educação para todos e com um ensino especializado no aluno, mas não se consegue implantar uma opção de inserção tão revolucionária, sem enfrentar um desafio ainda maior: o que recai sobre o fator humano. Os recursos físicos e os meios materiais para a efetivação de um processo escolar de qualidade, cedem sua prioridade ao desenvolvimento de novas atitudes e formas de interação na escola, exigindo mudanças no relacionamento, pessoal e social e na maneira de se efetivar os processos de ensino e aprendizagem. Nesse contexto, a formação do pessoal envolvido com a educação, é de fundamental importância, assim como a assistência às famílias. Enfim, uma sustentação aos que estarão diretamente implicados com as mudanças, é condição necessária para que estas não sejam impostas, mas imponha-se com resultado de uma consciência cada vez mais evoluída de educação e de desenvolvimento humano.

(Maria Tereza Eglér Mantoan, -- doutora em Psicologia educacional e professora da Faculdade de Educação da Unicamp)